

Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



nº 1

ABRIL DE 1987

SUMÁRIO

Apresentação	3
Apontamento sobre o Arquivo Histórico de Moçambique, por Inês Nogueira da Costa	4
O projecto de recolha de fontes orais para a História de Moçambique, por Teresa dos Santos Oliveira	11
Recenseamentos populacionais em Moçambique colonial, por Manuel Jorge Correia de Lemos	15
Lourenço Marques: nos 80 anos do edifício dos Correios e Telégrafos, por António Sopa	25
As fontes coloniais escritas no <u>es</u> tudo da Luta Armada de Libertação Nacional: sobre uma experiência de investigação no Arquivo Histórico, por João Paulo Borges Coelho	35
Acervo	40
Noticiário	43

Na Capa: Entrada do edifício onde se situa
o Arquivo Histórico de Moçambique,
Avenida Filipe Samuel Magaia, nº 717, r/c,
em Maputo.
(Foto do Centro de Formação Fotográfica).

arquivo

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB 87
Nº 1, Abril de 1987

APRESENTAÇÃO

Com este boletim, ao qual pretendemos dar uma periodicidade semestral, o Arquivo Histórico de Moçambique procurará não só dar conta das actividades por ele desenvolvidas, do crescimento do seu acervo e do tratamento que lhe foi dispensado ao longo do período, como também divulgar matéria de interesse para a investigação e para a História de Moçambique.

Neste primeiro numero, para além de um resumo da evolução institucional do próprio Arquivo, figuram artigos sobre o projecto de recolha de fontes orais para a História de Moçambique, que desenvolvemos desde 1979; sobre os recenseamentos populacionais do período colonial, importante série que se encontra disponível para a pesquisa no nosso acervo; sobre o edifício da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos, a propósito do seu 80º aniversário; e sobre a utilização de fontes coloniais na reconstituição do processo da Luta Armada, num depoimento de natureza metodológica a partir de investigação realizada no Arquivo Histórico de Moçambique.

Esperamos que, através dele, o Arquivo, o seu acervo e as suas actividades se tornem mais conhecidos e isso possa ser útil à investigação, ao ensino e à divulgação da História de Moçambique.

Inês Nogueira da Costa

APONTAMENTO SOBRE O ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Inês Nogueira da Costa

Em Junho de 1934, a Portaria 2.207 lança as bases do futuro Arquivo Histórico de Moçambique, embora ligado à Biblioteca da Repartição de Estatística. Este documento legal determinava a reunião de alguns arquivos dispersos e a organização de uma colecção bibliográfica sobre Moçambique.

Em 1939, mantendo-se ainda na dependência da Repartição de Estatística, o Arquivo vê, pelo Diploma Legislativo 635, mais especificadas as suas funções, sendo-lhe atribuída a dupla tarefa de "instrumento da Cultura Histórica" e de "Arquivo do Governo da Colónia", com a obrigatoriedade de organizar uma secção de Biblioteca; uma secção de História; uma secção de Documentação Administrativa e o Cartório Geral da Colónia.

Em 1957, dezoito anos depois, o então Ministério do Ultramar e da Educação Nacional, através do Decreto-Lei 41.472, transfere essa dependência para os Serviços de Instrução e coloca sob a direcção do Arquivo Histórico de Moçambique o Museu Histórico Militar. No ano seguinte, o Decreto 42.030 reafirma a sua importância como Arquivo Geral e Depósito Legal da Província. Indica que nessa data estão já em depósito os núcleos da documentação anterior a 1901 e colecções de cartografia, iconografia, biblioteca e cartório. É criado por este Decreto o seu primeiro quadro de pessoal, composto por 1 Director (que acumula as funções de Director do Museu Histórico Militar), 6 catalogadores, 1 encadernador, 1 aspirante, 1 dactilógrafo e 2 auxiliares.

Tendo possuído um edifício, construído especialmente para esse fim e inaugurado em 1943, o Arquivo em 1965 (Diploma Legislativo 2.632) foi desalojado das suas instalações e passou a ocupar uma parte do edifício onde, entretanto, tinha sido instalada a Biblioteca Nacional.

Esta, a letra da lei, que, é certo, não tem muito mais do que 50 anos.

A realidade era que, nessa altura, com o pretexto de que África não tem um clima propício à conservação dos documentos, eles eram periódica ou esporadicamente enviados a Portugal.

No fim do século passado, António Enes, quando Comissá-

rio Régio, publica uma disposição legislativa que ordena a re messa para Lisboa da documentação referente aos arquivos do Governo Geral que encontrou na Ilha de Moçambique. Esta documentação constituiu em 1929 o fundo inicial do Arquivo Histórico Ultramarino.

Já neste século, em 1932, Armindo Monteiro, numa das suas visitas a Moçambique como Ministro das Colónias, dá ins truções idênticas.

Assim, quando da Independência Nacional, o que o nosso Arquivo possuía eram 264 documentos avulsos do século XVIII, um fundo do século XIX com os núcleos extraordinariamente fragmentados e com um tratamento documental absolutamente arbitrário; a documentação do século XX permanecia nos serviços de origem, com excepção de alguns núcleos, muito poucos, da Ca pital, que tinham já sido incorporados.

A biblioteca, de cerca de 8.600 títulos, possuía, entre muita coisa sem qualquer interesse para a especificidade do Ar quivo e da historiografia moçambicana, uma boa parte da bi bliografia sobre a "História dos Portugueses em Moçambique".

O Arquivo possuía também pequenas colecções de cartogra fia, iconografia, numismática e filatelia.

Tudo isso cabia no que hoje chamamos o "barracão" e em três salas do rés-do-chão do edifício da Biblioteca Nacional.

A nível do pessoal, no Arquivo aconteceu, com a Indepen dência Nacional, o mesmo que em todos os organismos do Apare lho de Estado, que foi o regresso ao seu país dos poucos téc nicos portugueses que possuía. E não havia um único profissio nal de arquivo moçambicano.

Aqui, como em todos os outros sectores, foi preciso de finir prioridades e tomar decisões. Conhecer este período da História do povo moçambicano era extraordinariamente importan te para entendermos bem a realidade presente e prepararmos o futuro.

O Decreto-Lei 26/76, de 17 de Julho de 1976, liga admi nistrativamente o Arquivo à Universidade Eduardo Mondlane; só esta tinha, no momento, capacidade para possibilitar ao Arqui vo Histórico de Moçambique o apoio necessário à criação das suas infra-estruturas, ao seu desenvolvimento e de lhe dar a orientação científica adequada. É dentro dessa medida que, a partir do início de 1977, uma nova fase se inicia em Moçambi- que a nível de Documentos, Arquivo e História.

Foi um pouco a partir de nada. O que existia era neces sário reformular; o resto - se é que se pode chamar resto a cerca de 95% da nossa documentação - estava ou no país, a cor rer graves riscos de se perder, ou estava no estrangeiro, em Portugal, Itália, Goa, Suíça, França, Holanda, São Tomé e até

em Simancas (a do período filipino em Portugal).

Um pequeno grupo de pessoas ligadas à História foi-se formando e o que lhe faltava em conhecimentos e experiência, nesta área que é a Arquivologia, era compensado pela dedicação e seriedade com que se lançou à tarefa.

Definimos nesta primeira fase duas grandes prioridades em simultâneo: criar as infra-estruturas indispensáveis e recolher, em todo o país e a todos os níveis, a documentação colonial até à data da Independência.

Quando falamos em criar infra-estruturas, referimo-nos a edifícios com as condições mínimas de segurança, climatização, luminosidade, arejamento etc., e a mobiliário e equipamento.

Recolher a documentação no país exigiu que, além de lançarmos mão de tudo quanto pôde ser feito por escrito, percorrêssemos o país inteiro, várias vezes, contactando com responsáveis e trabalhadores da administração pública e dos serviços, desde as sedes provinciais, aos distritos e às localidades, das grandes companhias e das empresas intervencionadas, sensibilizando para o valor dos documentos na reconstituição da História e comprometendo todos na sua preservação.

Dadas as condições económicas (e não só) em que ficou o nosso país, foi decidido que, pela impossibilidade de criar nos anos mais próximos um sistema de arquivos descentralizado, todo o nosso esforço se iria concentrar na criação de um Arquivo Nacional.

Esta foi uma fase que não exigiu mão de obra muito especializada, e em breve nós tínhamos cerca de 10 km de estantes com toneladas de documentos arrumados e fumigados, ocupando três edifícios na Capital. Foram edifícios cedidos pela Universidade Eduardo Mondlane, antes ocupados com as Faculdades de Economia, Matemática e História e devidamente adaptados a arquivo.

É a evolução deste trabalho que nos põe com premência a necessidade de formar quadros.

Em 1983 apresentamos à Universidade uma proposta de "Licenciatura em História com especialidade em Documentação", para actuais ou futuros profissionais de Documentação, do nosso e de outros sectores, que tivessem um bacharelato em História ou outro ramo das Ciências Sociais. Entre 1983 e 1985, a Universidade Eduardo Mondlane formou em Moçambique os 11 primeiros técnicos superiores moçambicanos em Documentação. Esta licenciatura foi financiada pela Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries (SAREC) e o grupo de professores foi formado por especialistas de diversas nacionalidades. A licenciatura funcionou nas nossas instalações e te

ve como trabalho prático, entre outros, o núcleo documental da Companhia de Moçambique, que, por ser majestática e ter ocupado durante 50 anos os territórios de Manica e Sofala, possuía todos os requisitos dum "Estado", com todos os órgãos do topo à base, embora dentro doutro Estado.

Outro problema que nos preocupava ao longo destes anos era como poderíamos recuperar o grande volume de documentação que estava fora do país. Essa oportunidade surgiu-nos também através da SAREC e da oferta que para tanto fez a todos os países que foram colónias de Portugal e tinham recentemente conquistado a Independência.

Hoje somos o Arquivo Histórico Nacional, que acumula provisoriamente também as funções de Arquivo Intermediário. Em quatro edifícios, temos montados cerca de 20 mil metros lineares de estantes, com documentação de arquivo em diferentes fases de tratamento: separada por proveniência; inventariada; em fase de pré-arquivagem (de acordo com as tabelas respectivas); catalogada com duas entradas (geográfica e por instituições); microfilmada e montada em "jackets". Este é o núcleo central das nossas preocupações: trabalhar o máximo e o melhor que pudermos para que o mais depressa possível ela vá sendo posta à consulta e esteja disponível para a investigação científica.

Este grande fundo documental, com numerosíssimos núcleos, tem como apoio departamentos de documentação impressa e audiovisual de grande importância ao seu enquadramento e compreensão.

A Biblioteca do Arquivo possui actualmente cerca de 17.000 títulos, com uma perfeita ordenação temática, tendo como núcleo central tudo quanto se refere à História de Moçambique, mas incluindo também tudo quanto possa enquadrá-la na África e no Mundo: Expansão, Colonização, História de Portugal, História de África, História Geral e todas as ciências auxiliares da História (Arqueologia, Antropologia, Etnologia, Economia, Sociologia, Linguística etc.). Tem todas as colecções completas de legislação publicada em Moçambique e sobre Moçambique, bem como toda a legislação colonial e portuguesa. Estamos na última fase de sua preparação para que em breve se já introduzida no computador e possamos publicar o seu catálogo.

A Hemeroteca tem neste momento 953 títulos, abrangendo jornais, revistas, boletins etc., também publicados em Moçambique ou com interesse para o nosso país dos períodos colonial e actual. Está já a ser microfilmada e o seu catálogo será publicado dentro de meses.

Somos, pelo Diploma Legislativo 90/71, beneficiários de

parte do Depósito Legal do país e por essa razão temos um exemplar de tudo quanto foi publicado também já depois da Independência Nacional.

A Cartoteca possui 784 cartas e mapas, alguns dos quais muito raros; possui também vários atlas.

A Iconoteca tem uma belíssima colecção fotográfica, especialmente de fotografia antiga, mas que não temos ainda totalmente organizada. Tem anexa, no entanto, uma colecção de cartazes, especialmente os impressos depois da Independência, que está já catalogada, fotografada em "slides" a cores e em fotos a preto e branco, recebendo os preparativos finais para a publicação do seu catálogo.

De Filatelia possuímos uma colecção colonial muito completa e muito rara, e toda a colecção actual.

Com a nossa colecção numismática, à qual demos grande atenção, fundamos e temos à nossa responsabilidade o Museu Nacional da Moeda, onde procuramos apresentar a História da Moeda em Moçambique e ainda uma pequena mostra das moedas de todo o Mundo. O Museu possui também uma colecção das "Medalhas de Moçambique".

Com alguns dos armamentos e outros objectos que pertenciam ao Museu de História Militar, os documentos oficiais da época, gravuras e armas tradicionais que representem a resistência, iremos organizar em breve, estamos certos, o Museu da Ocupação Colonial e da Resistência na antiga fortaleza.

Um outro sector de trabalho que merece a nossa atenção é o da Recolha de Fontes Orais para a História. Desde 1980, uma brigada especializada (quando a segurança dum país em guerra permite) se desloca às aldeias de diversas Províncias e, com uma preparação prévia, procura obter através de testemunhos ou autobiografias a informação histórica que está ainda na memória dos mais velhos. Aquilo que os documentos oficiais não dizem diz-nos o povo, e fá-lo numa forma extraordinariamente rica de pormenores, especialmente quando recorda a humilhação e a exploração de que foi alvo. Neste momento, temos 650 horas de entrevistas gravadas e uma grande quantidade transcrita e traduzida. Algumas servirão de documento primário para a investigação, outras estão prontas para publicação isolada ou em colectânea.

Porque falamos da nossa preocupação com a grande quantidade de documentação que temos fora de Moçambique, é bom dizer que, desde 1983, temos a funcionar um projecto de "Recolha da Documentação sobre Moçambique existente em Portugal". Neste momento uma equipa de investigadores e técnicos de arquivo trabalham no projecto, com duas empresas de microfilmagem, e fazem um trabalho em simultâneo em diversos arquivos e

instituições portuguesas. O projecto é totalmente pago pela SAREC e é orientado por nós, à distância, com uma visita semestral para balanço e planificação de trabalho.

Igual projecto iniciamos já na Itália, para microfilmarmos a documentação religiosa, componente muito importante na reconstituição da História de Moçambique. Visitamos já os Arquivos do Vaticano e das Casas Superiores das diferentes Ordens religiosas que actuaram em Moçambique e tivemos de todos o melhor acolhimento e compreensão. Este projecto tem a colaboração do Grupo de Amizade Itália-Moçambique e está a ser pago totalmente pelo Governo Italiano.

Já iniciamos contactos com outros países para igual trabalho.

Dito assim, pode parecer que tudo isto foi uma tarefa fácil. Não foi e não é. Tudo exigiu e exige muito trabalho, muita determinação e a certeza, sem sombra de dúvida, de que está em causa a História dum povo que tem direito a encontrar a sua verdadeira identidade. Mais: deve procurar descobrir e analisar o porquê de muitos dos seus problemas de hoje, para que os possa vencer e dar aos seus filhos um futuro melhor.

Em 10 anos, percorremos no Arquivo Histórico de Moçambique um longo percurso, mas muito temos ainda a fazer. Sozinhos e com a ajuda dos outros.

Brevemente iremos iniciar uma nova etapa que vai ajudar a divulgar a História de Moçambique.

Em 1987 daremos início à divulgação de informação de interesse para o ensino e a investigação. Começamos já a montar uma pequena gráfica e estão previstas para muito breve as seguintes séries:

- . Instrumentos de Pesquisa, com catálogos, inventários, bibliografias, repertórios etc.;
- . Documentos, com a transcrição de textos inéditos, enquadrados por uma introdução explicativa;
- . Estudos, com trabalhos de investigadores nacionais e estrangeiros.

Há ainda que mencionar o Gabinete de Microfilmagem, o de Reprografia e o sector de Computação. Precisamos de um Gabinete de Restauração de Documentos e de formar pessoal nesta área.

A formação, como qualquer das etapas que percorremos, nunca é tarefa acabada. Há sempre necessidade de formar mais pessoas nos diversos níveis, de continuar a sensibilizar todos os responsáveis e trabalhadores da Documentação e todas as pessoas dum modo geral para o valor dos documentos. Há sempre documentação a levantar e a adquirir, sempre tratamento científico a dar-lhe e divulgação a fazer.

Temos urgente necessidade de um edifício próprio, onde existam as condições necessárias à preservação dos documentos, ao tratamento que exigem e à divulgação da informação. Foi-nos já atribuído um terreno para esse fim e iniciamos contactos com o Conselho Internacional de Arquivos, ao qual pedimos apoio para a elaboração do projecto de construção.

Temos igual urgência em elaborar o regulamento interno do Arquivo, e também de instituir o Sistema Nacional de Arquivos. Ambos se encontram, neste momento, em estudo.

Como já afirmamos, foi muito o trabalho já realizado, mas muito há ainda por fazer, e para isso pedimos a ajuda de todos. Se oferecerem ao Arquivo documentos, fotografias, jornais ou livros que tenham valor histórico, todos estão a contribuir para a reconstituição da História de Moçambique. Se os trabalhadores da Função Pública e das empresas cuidarem bem dos documentos, não os destruindo, nem deixando que se estraguem por terem más condições de arquivamento, e esses documentos nos forem entregues dentro dos prazos legais, nós poderemos ter uma intervenção mais directa e de ajuda ao processo administrativo.

O Arquivo é a memória do país, e ela será tanto mais rica, quanto maior for o número de pessoas que se preocupa com esse assunto.

A preservação dos documentos, a reconstituição da História e a sua divulgação e o apoio que poderemos dar à acção governativa precisam, sem dúvida, que continuemos o trabalho que iniciamos, com muita firmeza e muita dedicação. Mas precisamos também da ajuda e da compreensão de todos.

O que está em causa é alguma coisa que diz respeito a todos nós e ao progresso de Moçambique. É alguma coisa que temos o dever de deixar bem feita, para os nossos filhos e as suas gerações.

Maputo, Fevereiro de 1987.

O PROJECTO DE RECOLHA DE FONTES ORAIS PARA A HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

Teresa dos Santos Oliveira

A utilização de fontes de informação oral na pesquisa científica tem sido crescente nas últimas décadas, particularmente na reconstituição da História Africana.

Em Moçambique, com a independência do povo moçambicano, era urgente escrever a História que até à data era de "Os Portugueses em Moçambique". Porém, as fontes escritas que tinham permitido o desenvolvimento da historiografia colonial necessitavam de ser avaliadas cuidadosamente. Algumas destas fontes transmitem uma informação incompleta ou deformada pela visão parcial ou distorcida que o colonizador tinha da realidade social em Moçambique (1). Noutros casos, as fontes escritas não são ainda acessíveis à pesquisa por não se encontrarem tratadas, ou não existem porque foram destruídas ou retiradas para fora do País. Assim, para a reconstituição histórica de certos períodos ou processos sociais as únicas fontes, por vezes, acessíveis ao investigador, são as fontes orais (2).

O Arquivo Histórico de Moçambique, no âmbito das suas atribuições de recolha, conservação de fontes históricas e de desenvolvimento da pesquisa científica da História de Moçambique, cria em 1979 o projecto de "Recolha de Fontes Oraís para a História de Moçambique", que tem o seu grande impulso a partir de 1980, graças ao apoio financeiro da SAREC.

Os objectivos centrais deste projecto são a recolha, conservação e tratamento sistemático das fontes orais, tornando-as acessíveis à investigação sobre períodos e temas da História de Moçambique, que constituem lacunas de informação na documentação escrita depositada no Arquivo Histórico.

A prioridade dada a este projecto, no conjunto de planos a curto prazo do Arquivo, é devida ao facto de muitas destas fontes serem únicas, constituindo parte do património moçambicano que corre grave risco de se perder. Por outro lado, as alterações sociais implicam também transformações no processo de registo e conservação da memória da sociedade.

Os trabalhos de pesquisa científica, realizados em Moçambique, na área das ciências sociais, baseando-se em fontes orais, não nos permitem ainda definir rigidamente uma tipolo-



Entrevista com Zeferino Makwakwa sobre a História dos Makwakwas
(Panda, Setembro de 1981)

informação é descrita e foi organizado um catálogo geográfico. Elaborou-se também o primeiro esboço de um índice que se leccionou um conjunto de conceitos que traduzem os principais dados informativos e suas relações, além das principais localidades.

O material recolhido é acessível, podendo ser escutado no Arquivo Histórico de Moçambique, através de cópia do original, ou pela leitura da transcrição integral na língua original, ou ainda pela respectiva tradução em Português, quando não sujeito às normas internas de confidencialidade.

No momento actual, além da continuidade do Programa estabelecido, o Arquivo Histórico de Moçambique está a realizar todo o esforço para recrutar e melhorar a qualidade profissional dos técnicos, quer ligados à recolha e tratamento, quer à transcrição e tradução destes documentos.

Como resultado deste projecto de recolha, tratamento, conservação e difusão, o Arquivo prepara para edição a curto prazo os seguintes trabalhos: as tradições Yaos e a dos Ngoni de Gaza; uma introdução à História do Niassa; e o catálogo da colecção de fontes orais para a História de Moçambique.

gia (3). Contudo distinguimos dois grandes grupos: as tradições e os depoimentos (4). Entre as tradições mais conhecidas em todo o País, podemos referir: as tradições de origem de diferentes grupos regionais; as tradições dinásticas, normalmente acompanhadas de relatos da história política; as genealogias; e as tradições de carácter literário (adivinhas, lendas etc.). Os tipos de depoimentos mais comuns são os relatos de testemunhos oculares e as autobiografias.

A recolha e o tratamento sistemático destes tipos de fontes orais exigem a utilização de metodologias tanto da História, como da Documentação e também da Antropologia e da Linguística. A análise crítica destas fontes e o seu enquadramento cronológico só são possíveis com uma abordagem interdisciplinar. Deste modo, a quantidade e a qualidade das fontes recolhidas e registadas depende, em grande parte, do trabalho prévio de investigação: definição do objecto de estudo; elaboração de uma cronologia orientadora; conhecimento e avaliação de outras fontes (principalmente fontes escritas); localização das principais lacunas de informação; definição de perfis de informadores preferenciais; e listagem das questões a investigar.

Para realizar uma recolha sistemática e criteriosa, o Arquivo Histórico de Moçambique tem feito um levantamento dos principais estudos monográficos e a partir deles tem definido as grandes lacunas de informação sobre certas regiões, períodos cronológicos, grupos regionais ou sociais. Logo de início estabeleceu um programa mínimo: "Plano para a recolha de fontes orais para a História, em Moçambique" (Maputo, 1981. 65 págs.).

Os principais temas gerais, seleccionados para o programa mínimo, foram os seguintes: tradições de origem; tradições dinásticas; genealogias; relatos sobre as campanhas militares coloniais e a resistência popular; história familiar e do trabalho; introdução de culturas e técnicas; e movimentos migratórios. Estes temas gerais são detalhados para cada caso em estudo e temas específicos são introduzidos.

Entre 1980 e 1986, foram registadas 650 cassetes de 60 minutos, faladas em 12 línguas - Yao, Nyanja, Makua (Lomwé), Makua (Mmetho), Swahili, Makonde, Nyungwe, Tswa, bi-Tonga, Chopi, Tsonga e Português - que abrangem o trabalho realizado pelas brigadas do Arquivo Histórico de Moçambique nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo, e ainda cópias oferecidas por instituições e investigadores.

De forma a permitir que as informações registadas sejam rapidamente recuperadas pelos investigadores, cada unidade de



Entrevista com Zeferino Makwakwa sobre a História dos Makwakwas
(Panda, Setembro de 1981)

informação é descrita e foi organizado um catálogo geográfico. Elaborou-se também o primeiro esboço de um índice que seleccionou um conjunto de conceitos que traduzem os principais dados informativos e suas relações, além das principais localidades.

O material recolhido é acessível, podendo ser escutado no Arquivo Histórico de Moçambique, através de cópia do original, ou pela leitura da transcrição integral na língua original, ou ainda pela respectiva tradução em Português, quando não sujeito às normas internas de confidencialidade.

No momento actual, além da continuidade do Programa estabelecido, o Arquivo Histórico de Moçambique está a realizar todo o esforço para recrutar e melhorar a qualidade profissional dos técnicos, quer ligados à recolha e tratamento, quer à transcrição e tradução destes documentos.

Como resultado deste projecto de recolha, tratamento, conservação e difusão, o Arquivo prepara para edição a curto prazo os seguintes trabalhos: as tradições Yaos e a dos Ngoni de Gaza; uma introdução à História do Niassa; e o catálogo da colecção de fontes orais para a História de Moçambique.

Paralelamente a este projecto, o Arquivo Histórico de Moçambique iniciou, em conjunto com a Rádio Moçambique (Rádio Nacional), um plano de selecção e registo por cópia dos documentos produzidos e conservados na fitateca da entidade com valor para a pesquisa histórica.

NOTAS

- 1- Queremos, no entanto, ressaltar que a distorção e parcialidade são atributos quer das fontes escritas, quer das orais, devendo ainda ser levada em conta, em relação às fontes orais, a interferência do sujeito que colecta. É tarefa do historiador criticar e superar as fontes, complementando-as.
- 2- Um exemplo é a reconstituição da história do período 1899-1929, nas Províncias de Cabo Delgado e Niassa, período de concessão destes territórios à Companhia do Nyassa. As fontes escritas, na sua maioria, não se encontram no País e as que existem fora ainda não foram tratadas e avaliadas, pelo que a curto prazo os investigadores terão que utilizar fundamentalmente as fontes orais.
- 3- Podemos citar, como exemplo, entre outros: JUNOD, Henrique A. - Usos e costumes dos Bantos. Lourenço Marques, 1974; e ISACMAN, A.I. - A Tradição de Resistência em Moçambique: 1850-1921. Porto, Afrontamento, 1979.
- 4- Sobre a tipologia das tradições orais: VANSINA, Jan - De la Tradition Orale: essai de méthode historique. Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Central, 1961.

RECENSEAMENTOS POPULACIONAIS EM MOÇAMBIQUE COLONIAL

Manuel Jorge Correia de Lemos

A propósito de alguns elementos estatísticos censuários existentes no Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil da Província de Moçambique (1), elaborámos este pequeno trabalho em Junho de 1984, no âmbito da disciplina História das Instituições Coloniais II, que integrava a Licenciatura em História com especialidade em Documentação da Universidade Eduardo Mondlane, realizada no Arquivo Histórico de Moçambique entre Agosto de 1983 e Julho de 1985.

Ao surgir-nos esta oportunidade de publicá-lo, fazemo-lo com a intenção de contribuir para o esclarecimento dos leitores, em geral, e dos investigadores, em particular, interessados na questão dos recenseamentos populacionais em Moçambique, durante o período colonial. Oxalá este objectivo seja alcançado.

Introdução

Sem entrarmos em considerações aprofundadas sobre o que foram os censos populacionais, porque e como se (não) fizeram, por não ser objectivo deste trabalho, julgamos oportuno, antes de nos debruçarmos sobre os referidos elementos censitários, fazer um breve enquadramento às primeiras normas que instituíram tal prática administrativa em Moçambique.

Segundo informações que conseguimos recolher, parece-nos lícito afirmar que o diploma legislativo mais antigo que vigorou em Moçambique regulando tal actividade foi a Portaria 315, de 15 de Outubro de 1855, publicada no Boletim Oficial nº 43, de 27 de Outubro do mesmo ano (2), cujos efeitos práticos desconhecemos, podendo, contudo, presumir que o recenseamento da população da cidade de Lourenço Marques em 1894 possa ser consequência da sua aplicação (3).

Em 1899, uma Carta Régia, datada de 17 de Agosto e publicada no Boletim Oficial nº 41, de 14 de Outubro, autoriza o Governo colonial a proceder de dez em dez anos ao recenseamento geral da população nas possessões ultramarinas e determina que o primeiro se realize em 1900, de acordo com os processos em uso, exceptuando-se nas regiões onde isso não fosse possível, segundo o articulado, devido ao seu grau de civilização, em que se deveria recorrer a meios indirectos, com vis

ta a alcançar-se estimativas da sua população, por sexos e raças (4). Legislação complementar foi promulgada nesse mesmo ano, através da Portaria de 23 de Novembro, determinando que os Governadores dos territórios colonizados enviassem à Secretaria do Ministério da Marinha e Ultramar, até 31 de Março de 1900, os projectos de regulamentos e instruções especiais que julgassem convenientes para aquele efeito (5).

Dando cumprimento ao preceituado, em Moçambique foram nomeadas comissões, e respectivos presidentes, de recenseamento, através da Portaria Provincial 47, de 24 de Janeiro de 1900, que deveriam superintender, cada uma, aos trabalhos nos concelhos de Lourenço Marques (distrito de Lourenço Marques), Inhambane (distrito de Inhambane), Quelimane e Tete (distrito da Zambézia), Moçambique, Mossuril e Angoche (distrito de Moçambique).

O recenseamento ordenado foi realizado parcialmente, pois somente os distritos de Moçambique, Gaza e Inhambane e o território de Manica e Sofala (Companhia de Moçambique) forneceram dados, que foram publicados no Anuario Estatístico dos Dominios Ultramarinos Portugueses em 1903 (6). Em Lourenço Marques apenas em 1904 teve lugar o referido censo, mesmo assim limitado à população da cidade (7).

Em 1912, manda-se proceder ao recenseamento da população de Lourenço Marques e subúrbios referido a 1 de Dezembro, através da Portaria 1.306, de 8 de Novembro, cujos resultados foram publicados no Anuário de Moçambique, de 1917 (8). De notar que foi encarregado especialmente dessa actividade o Corpo da Guarda Cívica local. Vemos, portanto, um trabalho normalmente atribuído às autoridades administrativas ser conferido a uma instância policial, podendo-se talvez concluir que a aquele censo teria sido ordenado com o intuito de melhor controlar a população da cidade e arredores, possivelmente devido ao afluxo cada vez mais crescente de emigrantes do interior moçambicano, bem como do exterior, como consequência do desenvolvimento do então já próspero centro ferro-portuário e comercial que era Lourenço Marques (9).

Os dados estatísticos referentes à população de Moçambique de que iremos tratar correspondem a 1917, 1922, 1923, 1924 e 1928. Porém, nem todos eles visavam os mesmos fins, ainda que tenham sido elaborados pelas autoridades administrativas locais, a pedido da Secretaria Geral do Governo de Moçambique. De modo resumido, vamos procurar situá-los no tempo e no espaço em que foram produzidos e estabelecer a sua relação, quando exista, com os recenseamentos parciais e gerais feitos entre 1917 e 1930, com breve alusão ao período que vai até 1974, data em que foram publicados os últimos dados do re

censeamento geral da população de 1970.

Os censos de 1917, 1922, 1923 e 1924

Todos estes censos populacionais têm o seguinte de comum: são provenientes das autoridades administrativas locais (Administradores de Circunscrições e de Concelhos, Governadores de Distrito ou dos Territórios das Companhias de Moçambique e do Nyassa), a pedido da Secretaria Geral do Governo Geral da colónia, que tinha competência para o efeito, conforme o estabelecido pela Portaria de 6 de Novembro de 1896 (10).

1. Censos de 1917

Os dados fornecidos pelas diversas autoridades administrativas locais respondem ao solicitado nas circulares da Secretaria Geral, para informação à Repartição Superior dos Correios e Telégrafos, dos Serviços Telégrafo-Postais da Província de Moçambique, que, por sua vez, os utilizariam nas suas "relações estatísticas postais com o Ministério das Colónias e Bureau Internacional de Berne", designadamente (11).

A maioria dos elementos estatísticos referem-se a 1917, com excepção dos da Administração do Concelho de Lourenço Marques, que dizem respeito ao já mencionado recenseamento de 1912 (12), do Governo do Território de Manica e Sofala (Companhia de Moçambique), referidos a 31 de Dezembro de 1916 e comparados com os de 1915 (13), e do Governo do Distrito de Quelimane, sem data mencionada (14).

2. Censos de 1922

Podemos considerar a existência em 1922 de dois conjuntos diferentes de solicitações/respostas de dados censuários respeitantes à população. O primeiro compreende as respostas às circulares nº 13/853, de 24 de Março (15), e 19/1354, de 19 de Maio, da Secretaria Geral do Alto Comissariado para as Administrações das Circunscrições do Distrito de Lourenço Marques, e às circulares nº 12/852, de 24 de Março, e 18/1353, de 17 de Maio, da Secretaria Geral do Alto Comissariado para os Governadores dos Distritos de Gaza, Inhambane, Quelimane, Moçambique e Tete (apenas a segunda), que pedem os censos da população indígena relativos a 1921, com discriminação dos se xos, raças, adultos e menores.

Quanto ao segundo conjunto, os números indicados pelas autoridades administrativas locais, referentes nomeadamente à população muçulmana e total de Moçambique, procuram dar resposta aos pedidos da Secretaria Geral (16), para esclarecimento da Direcção Geral das Colónias do Oriente, do Ministério das Colónias, que deles necessitava, em particular, para satisfazer uma solicitação do "Statistical Department" do Cairo (Egipto) (17).

A Administração do Concelho de Lourenço Marques infor-

mou não dispor dos elementos requeridos, não tendo, por isso, enviado qualquer censo.

Ainda em 1922, a Secretaria da Direcção Geral do Ensino da Província de Moçambique solicitou à Secretaria Geral elementos estatísticos da população nativa, referidos a 1921, destrinchados por distritos, sexos, raças, adultos e menores, mas o seu pedido não foi satisfeito, pois, segundo a Secretaria Geral do Governo, o censo da população indígena estava na Imprensa Nacional para ser publicado no Boletim Oficial (18).

3. Censos de 1923

Os censos populacionais de 1923 foram solicitados pela Secretaria Geral (Secretaria Provincial do Interior), através das circulares nº 10/630, dirigida a algumas das Administrações de Circunscrições de Lourenço Marques (19), e 11/631, para os Governos dos Distritos de Gaza, Inhambane, Quelimane e Moçambique, ambas datadas de 5 de Março de 1923 (20).

De mencionar a existência de mapas censuários das Administrações das Circunscrições do Maputo (anexo à nota nº 48, de 25 de Janeiro) e da Namahacha (apenso à nota nº 60/67, de 27 de Fevereiro), ambos referidos a 1922, que não indicam se visam satisfazer algum pedido específico. Apenas podemos apontar que tratam da população indígena (o segundo) e da população em geral (o primeiro). Através do telegrama nº 37 (38?), da Bela Vista (Maputo), podemos saber que este último se antecipa ao pedido da circular nº 10/630; em relação aos elementos fornecidos pela Namahacha, podemos saber, através do despacho exarado em 2 de Março na nota que os acompanhava, que eles deveriam ser enviados para publicação no Boletim Oficial. De qualquer modo, esta circunscrição não consta entre os solicitados pela circular acima mencionada, talvez por se ter antecipado à mesma.

Merece especial atenção uma nota recebida pela Secretaria Geral, proveniente do Governo do Distrito de Tete, que possui em apêndice o mapa do recenseamento populacional referido a 31 de Dezembro de 1922 (nota nº 13/2394, de 24 de Janeiro de 1923), por tecer interessantes considerações sobre a importância das actividades censuárias, particularmente naquela região e naquela altura, e sobre outras questões demográficas com elas relacionadas.

4. Censos de 1924

Para fins estatísticos, conforme nos diz o texto das circulares nº 5/793 e 6/794, de 21 de Março de 1924, remetidas aos Governos dos Distritos de Inhambane, Quelimane e Moçambique e às Administrações das Circunscrições do Distrito de Lourenço Marques, que nesta altura incluía a região de Gaza, os censos de 1924 são a resposta a uma série de quesitos

que passamos a transcrever:

- . população indígena, discriminando adultos, homens e mulheres, menores, varões e fêmeas, palhotas arroladas, isentas e tributadas;
- . população europeia e asiática;
- . arrolamento geral de gado;
- . distribuição da população indígena pelo Estado e particulares;
- . movimento de mão de obra indígena.

Com idênticos objectivos, mas sem constituírem resposta às circulares acima mencionadas, foram também recebidos mapas de censo do Governo do Distrito de Tete (anexos às notas nº 41/2394, de 27 de Fevereiro, e 99/2277, de 27 de Maio, ambas de 1924), contendo os dados requeridos nos quesitos atrás citados.

O censo de 1928

Servindo-nos deste pretexto que é a existência de alguns elementos censuários de 1928 entre o material de que estamos a tratar, impõe-se que façamos um breve articulado sobre o novo tipo de recenseamento introduzido pela legislação promulgada a partir de 1924.

Data desse ano a organização dos serviços de estatística em Moçambique (21), corporizada na Repartição de Estatística, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Provincial 9, de 8 de Dezembro de 1924 (22). Passa então a competir a esta Repartição a orientação e o controle das actividades de recenseamento da população, que deveria realizar-se nos anos cujo algarismo das unidades fosse 0 (zero) e 5 (cinco).

Nos novos moldes, o primeiro censo populacional apenas foi levado a cabo em 1928, não se cumprindo assim o estabelecido na lei, ao que julgamos por dificuldades financeiras e de instalação, tendo somente abrangido a população não indígena de Moçambique (23). De notar que esse recenseamento foi precedido por um ensaio efectuado na cidade de Lourenço Marques em 1927, com referência a 31 de Dezembro. É, portanto, neste quadro que se integram os elementos estatísticos de que dispomos para 1928.

1. O censo de 1928

Inseridos no que atrás dissemos apenas possuímos os mapas enviados pela Administração da Circunscrição de Marracue-ne (Distrito de Lourenço Marques), ao abrigo da nota nº 216, de 26 de Maio, dirigidos à Direcção dos Serviços de Administração Civil e realizados por força da Portaria Provincial 661, de 4 de Fevereiro, que mandava proceder no dia 3 de Maio de 1928 ao recenseamento da população da cidade de Moçambique e das vilas de Quelimane, Tete, Inhambane, Chinde e Vila Nova

de Gaza, bem como da população não indígena das circunscrições, intendências, prazos e da parte não urbana dos concelhos da Colónia de Moçambique (24).

Igualmente de 1928, mas com referência ao ano anterior e acompanhando as notas nº 24/5, de 14 de Janeiro, e 76/86, de 31 de Janeiro, enviadas da Administração da Circunscrição do Maputo (Distrito de Lourenço Marques), foram recebidos pela Secretaria Geral os mapas da população não indígena residente naquela divisão administrativa, em resposta à circular nº 34/3156, de 13 de Dezembro de 1927. Também do mesmo teor e solicitados pela mesma circular, existem ainda os mapas provenientes da Administração da Circunscrição do Bilene (apensos à nota nº 39/17, de 9 de Fevereiro de 1928) (25).

2. Os censos posteriores ao de 1928

Estas primeiras experiências de recenseamento geral da população de Moçambique parece terem determinado algumas alterações, nomeadamente no que se refere à sua periodicidade, em particular no tocante aos indígenas, que se julgou poder ser de dez em dez anos.

Sucedeu que os dados recolhidos no censo de 1928 apenas foram publicados em 1930, pelo que se achou conveniente realizar-se neste último ano somente o primeiro recenseamento geral da população indígena, segundo a definição do Diploma Legislativo nº 36, de 12 de Novembro de 1927 (26), que foi publicado em 1932 (27). Desse facto parece ter resultado a adopção, para o futuro, do seguinte critério: anos 5 (cinco), censos da população não indígena; anos 0 (zero), da população geral de Moçambique (28). Esta medida foi na verdade posta em prática a quando da realização do segundo recenseamento da população não indígena em 1935.

De salientar que no Território de Manica e Sofala, ainda sob a dependência da Companhia de Moçambique, tal actividade ficou sob a responsabilidade da respectiva Repartição Central de Estatística, através da Direcção de Estatística e Propaganda (29).

Os recenseamentos efectuados a partir de 1935 até 1960 obedeceram sempre ao mesmo critério, apenas diferindo em questões técnicas e de pormenor. Com a abolição do estatuto do indigenato em 1961 (30), deixa de ter sentido a realização dos censos da população não indígena, chamada civilizada desde o censo de 1950, nos anos 5; por isso, só em 1970 volta a ter lugar novo recenseamento geral, o último realizado pelas autoridades coloniais em Moçambique.

Por julgarmos ter interesse, passamos à enumeração de todos esses censos.

1940 (Censo da População em 1940, pela Repartição Técnica

ca de Estatística)

I- População não Indígena (1942)

II a V- População Indígena (1943, 1944, 1944 e 1945, respectivamente)

1945 (Recenseamento da População não Indígena em 12 de Junho de 1945, pela Repartição Técnica de Estatística, 1949; e Inventário das Edificações da Colónia, pela Repartição Técnica de Estatística, 1949)

1950 (Recenseamento Geral da População em 1950, pela Repartição Técnica de Estatística)

I- População Civilizada (1953)

II- Inventário dos Edifícios e Fogos (1954)

III- População não Civilizada (1955)

1955 (Recenseamento Geral da População Civilizada em 1955, pela Direcção de Economia e de Estatística Geral; 1958)

1960 (III Recenseamento Geral da Província, pela Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, 1960)

1- Distrito de Lourenço Marques

2- Distrito de Gaza

3- Distrito de Inhambane

4- Distrito de Manica e Sofala

5- Distrito de Tete

6- Distrito da Zambézia

7- Distrito de Moçambique

8- Distrito de Cabo Delgado

9- Distrito do Niassa

Censo Resumo da População da Província

1970 (IV Recenseamento Geral da População, pela Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, 1970)

1- Distrito de Lourenço Marques (1973)

2- Distrito de Manica e Sofala (1973)

3- Distrito de Tete (1973)

4- Distrito do Niassa (1973)

5- Distrito de Gaza (1973)

6- Distrito de Cabo Delgado (1973)

7- Distrito de Inhambane (1974)

8- Distrito da Zambézia (1974)

9- Distrito de Moçambique (1974)

Resumo Geral

Determinaram a realização de todos estes censos populacionais diversos diplomas legislativos que, apesar de pertinentes, julgamos não deverem ser aqui exaustivamente mencionados, aconselhando para o efeito, a quem pretenda conhecê-los, a consulta das páginas 787 e 788 da obra de José Caramona Ri-

beiro, citada na nota nº 2.

Por último, gostaríamos ainda de referir o Diploma Legislativo 2.126, de 30 de Setembro de 1961, que "insere disposições atinentes à realização de um recenseamento extraordinário da população estrangeira, com residência permanente ou temporária em Moçambique" (31), possivelmente relacionada com o ambiente político que se vivia, devido ao desencadeamento da luta armada de libertação nacional em Angola, em Fevereiro desse ano.

Conclusão

Alguns dos dados estatísticos que foram objecto deste nosso breve trabalho poderiam ser alvo de um tratamento mais pormenorizado, que permitiria uma melhor avaliação sobre a sua veracidade; isso não foi feito, porque não era esse o nosso objectivo. Esperamos, contudo, ter fornecido aos leitores e aos investigadores alguns dados mais para a compreensão do mecanismo censuário em Moçambique colonial.

Maputo, Junho de 1984/Fevereiro de 1987.

NOTAS

1- Caixa 1.143, Sala 9, Arquivo Histórico de Moçambique.

2- RIBEIRO, José Caramona - Sumários do Boletim Oficial de Moçambique. Braga, pág. 787; e SANTOS REIS, Carlos - A População de Lourenço Marques em 1894 (Um Censo Inédito). Lisboa, 1973, pág. 11.

3- Para melhor esclarecimento sobre este assunto ler Santos Reis, obra citada em 2.

4- Carta de Lei, de 17 de Agosto de 1898. Boletim Oficial nº 41, de 14 de Outubro de 1899, pág. 328.

5- Boletim Oficial nº 4, de 27 de Janeiro de 1900, pág. 41.

6- Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar, 3ª Repartição, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903, págs. IV, 104-105 e 116-117.

7- Ver Portaria 1.306, de 8 de Novembro de 1912 (Boletim Oficial nº 45, de 9 de Novembro de 1912, pág. 641) e SOUSA RIBEIRO - Anuário de Moçambique. Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1917, pág. 212 (mapa estatístico).

8- Ver Sousa Ribeiro, obra citada em 7, pág. 212.

9- A população da cidade de Lourenço Marques, incluindo os seus subúrbios, referida a 1912, era de 26.079 habitantes, dos quais 13.353 residentes na zona urbana. No que respeita à população citadina, em comparação com os 9.849 recenseados em 1904, houve um aumento populacional na ordem dos 3.504 indivíduos. Ver SOUSA RIBEIRO - Anuário de Moçambique: 1917, pág. 212; 1940, pág. XVIII, mapa nº 4.

10- Boletim Oficial nº 5, de 30 de Janeiro de 1897, pág. 42.

11- Nota nº 10/E/36, de 26 de Outubro de 1917, da Repartição Superior dos Correios e Telégrafos para a Secretaria Geral.

12- Ver Introdução e nota 6.

13- O Professor Gerhard Liesegang aventa a hipótese deste facto poder estar relacionado com a revolta do Barué em 1917.

14- Circulares nº 22/1746, de 31 de Outubro de 1917; 20/1788 e 21/1789 (nota nº 1783/B), de 1 de Janeiro de 1917, dirigidas, respectivamente, aos Governadores dos Distritos e Administradores de Concelho e Circunscrição de Lourenço Marques, a primeira ao Governador do Território de Manica e Sofala e ao Governador dos Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Nyassa).

15- Vemos também referidos o nº 13/753 e nº 17/857 (notas das Administrações da Circunscrição de Magude, de 22 de Maio, e da Circunscrição do Maputo, de 30 de Março, respectivamente), que poderão ser erróneos ou equivalentes.

16- Circulares nº 21/1622, de 12 de Junho de 1922, para os Governos dos Distritos de Gaza, Inhambane, Tete, Quelimane e Moçambique, e 22/1623, da mesma data, para o Distrito de Lourenço Marques.

17- Nota nº 482, de 2 de Maio de 1922, da Direcção Geral das Colónias do Oriente para o Alto Comissário da República em Moçambique. De salientar que idêntico pedido foi feito pela Direcção dos Serviços Centrais, Biblioteca e Arquivo, do mesmo Ministério, através da nota nº 84/47, de 29 de Abril de 1922, a rogo da Direcção Geral de Estatística do Ministério das Finanças.

18- Cópia da nota nº 691/L, de 28 de Junho de 1922, da Secretaria Geral do Governo para a Direcção Geral do Ensino. Esta nota põs fim a uma série de mal-entendidos entre os dois organismos (ver notas nº 212/72, de 10 de Maio, 235/83, de 23 de Maio, e 267/100, de 9 de Junho da última e a cópia da nota de 22 de Maio da primeira, para além da que atrás citámos).

19- Marracuene, Manhiça, Sabié, Magude e Maputo.

20- A nota nº 953, de 31 de Julho, proveniente do Governo do Distrito de Quelimane, refere-se à circular nº 19/639, de 5 de Março, que poderá estar indicada erroneamente ou ser sua equivalente.

21- P.P. 716, de 24 de Maio de 1924, Boletim Oficial nº 21, de 24 de Maio de 1925, pág. 104.

22- Boletim Oficial nº 51, de 20 de Dezembro de 1924, pág. 281.

23- Censo da População não Indígena em 1928. Boletim Económico e Estatístico, Série Especial, nº 10, da Repartição de Estatística, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1930.

24- Boletim Oficial nº 5, I, de 4 de Fevereiro de 1928, pág. 47.

25- Para melhor elucidação sobre dados populacionais publicados do distrito de Lourenço Marques, por circunscrições, pode-se confrontar o Anuário de Moçambique de 1908, 1917 e 1940, de Sousa Ribeiro, editado pela Imprensa Nacional, em Lourenço Marques, com o Anuário de Lourenço Marques, A.W. Bayly, Lourenço Marques.

26- Censo da População não Indígena em 2 de Maio de 1935, Lourenço Marques, 1936, pág. 5.

- 27- Censo da População Indígena em 1930, Lourenço Marques, 1932.
- 28- Censo da População não Indígena em 2 de Maio de 1935, pág. 5.
- 29- Idem, pág. 6.
- 30- Decreto 43.893, de 6 de Setembro de 1961, Boletim Oficial nº 36 (Suplemento), I, de 14 de Setembro de 1961, pág. 1097.
- 31- Boletim Oficial nº 39, de 30 de Setembro de 1961, pág. 1.236.

LOURENÇO MARQUES: NOS 80 ANOS DO EDIFÍCIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

António Sopa

Sem qualquer cerimónia oficial de inauguração, começou a funcionar a 31 de Dezembro de 1906 o edifício destinado ao serviço dos correios e telégrafos, na cidade de Lourenço Marques (1).

Ao que parece, a primeira tentativa para a construção de uma casa própria para estes serviços data, muito provavelmente, de 1899, quando o então director das Obras Públicas, engenheiro Carlos Roma Machado Faria e Maia, em ofício dirigido ao Governador Geral, enviava para ser submetido à aprovação do Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar um anteprojecto e estimativa "elaborado fora das horas de expediente ... attendendo a que é minha opinião q. a actual direcção do correio de Lourenço Marques não deve nem pode continuar por mais tempo na dependencia que occupa no edificio das obras publicas o qual alem de ser pouco saudavel é muito acanhado para o serviço, e tem uma apparencia muito pouco decente" (2).

A construção do edifício estava entre as prioridades das Obras Públicas, sendo o seu valor orçamentado em 50:000 réis (3).

No entanto, o início das obras arrastou-se. Apesar de existir já uma proposta e desta ter sido sancionada por Lisboa, havia divergências quanto ao sistema de construção a utilizar (4). No barracão onde estavam instalados os correios, a situação agravava-se devido às más condições de higiene (5), mas fundamentalmente devido ao súbito acréscimo de correspondência motivado pela guerra entre a Inglaterra e as repúblicas sul-africanas. Todo o movimento postal entre os territórios sul-africanos e o resto do mundo tinha de passar obrigatoriamente por Lourenço Marques, não havendo condições para o guardar.

"D'estes inconvenientes resulta poderem dar-se trocas de malas, além do augmento de trabalho, que certamente trarão reclamações do paiz interessado, além de permanecerem a intempérie, podendo molhar-se, deteriorando-se as correspondências sobre que temos de velar, ou mesmo desap

parecendo algumas o que é da maior responsabilidade para o districto" (6).

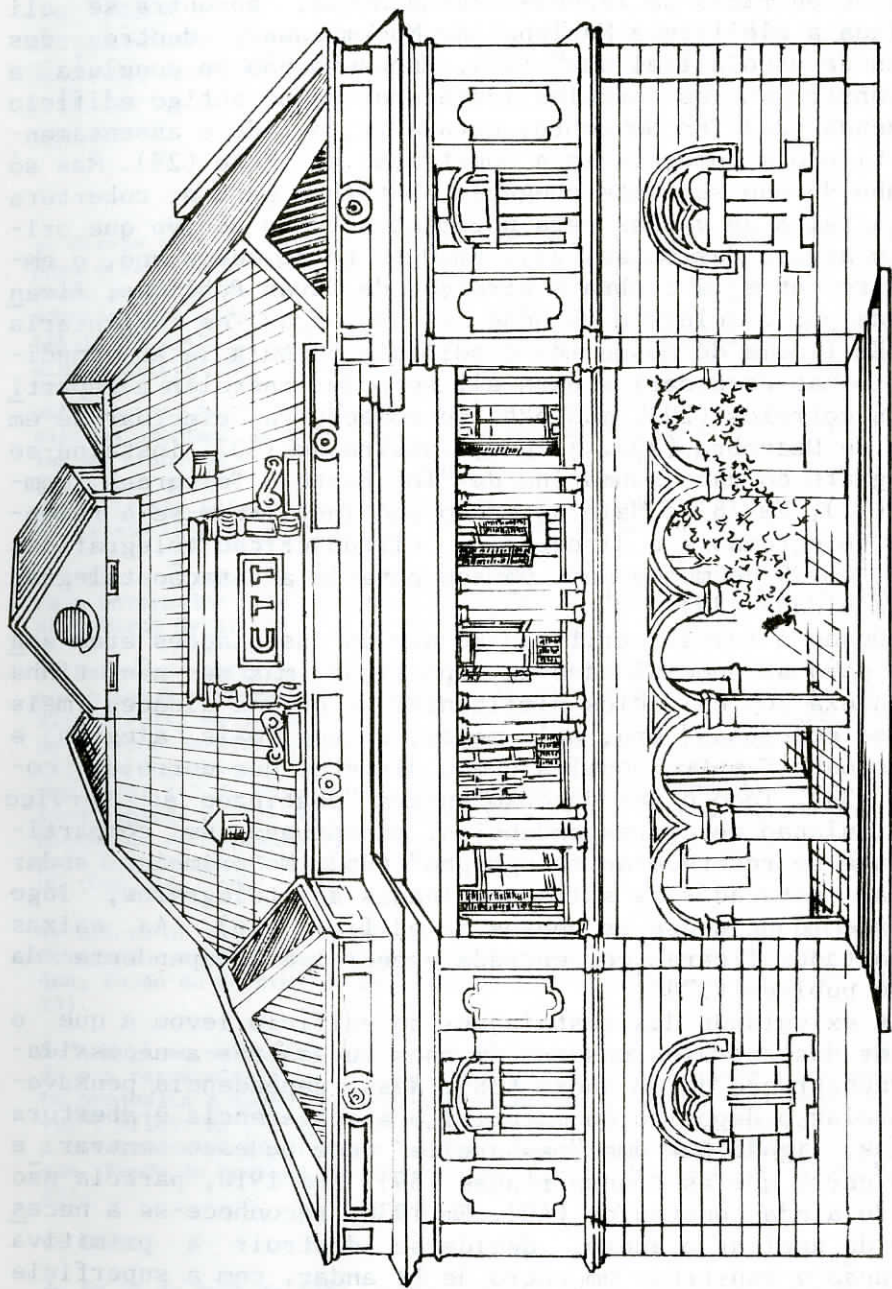
O director do correio terminava o seu ofício pedindo que se alugasse uma casa de maiores dimensões ou que o barracão fosse melhorado para continuar a servir provisoriamente como correio. Como solução transitória foi aceite a última sugestão (7).

Ainda nesse ano, e por iniciativa do Governo Geral, foi constituída uma comissão com o objectivo de "proceder à escolha de um local que melhores condições reúna para a construção de um edificio destinado aos serviços do correio e telegraphos de Lourenço Marques" (8). A comissão deveria ter em conta que a dita repartição deveria estar próxima da ponte de desembarque de passageiros; na parte mais central e de maior densidade populacional, tendo em vista o seu desenvolvimento futuro; e estar próxima da alfândega e dos caminhos de ferro. Os locais escolhidos foram: 1º na concessão Silva Vianna, caso esta se pudesse invalidar (9); 2º no local da antiga capitania do porto; 3º ao sul da Praça 7 de Março, com frente para ela (10). A decisão do Governo Geral recaiu sobre a segunda proposta, "devendo por isso ser adquirida uma parcela de terreno pertencente à Comp. Neerlandesa" (11).

Só cerca de quatro anos mais tarde, em Agosto de 1904, o governo de Lisboa autorizou a construção do edificio pela forma que se julgasse mais conveniente (12). Aliás, neste período construíram-se ou projectaram-se alguns dos edificios publicos e particulares que marcaram (ou ainda marcam) a paisagem citadina. Autorizou-se a construção dos edificios da fazenda (13) e da alfândega (14); aprovaram-se com modificações o projecto e orçamento para o edificio da Imprensa Nacional (15); elaboraram-se o projecto e orçamento para a estação dos caminhos de ferro (16). Em 1905, iniciaram-se as obras do hospital militar e civil (17). No ano seguinte começou a construir-se o observatório meteorológico (18). Entre os edificios particulares, importa referir o "Capitania Buildings" e o "Avenida Buildings" (19).

A razão do crescimento urbano está intimamente relacionada com a importância que o porto e os caminhos de ferro de Lourenço Marques iam adquirindo na região. Deve-se, no entanto, ter em conta a necessidade que o Estado português tinha de se prestigiar através da "grandeza" das suas repartições públicas, onde era sistematicamente minimizado quando posto em confronto com as realizações dos vizinhos sul-africanos.

O novo edificio foi construído no mesmo local onde se encontravam as antigas instalações do correio, começando as obras em Janeiro de 1905 com a demolição da antiga construção,



Repartição Geral dos Correios e Telégrafos
(Ilustração de Paulino Ricardo)

— ... — PRICHA 1872 —

sendo o seu valor orçamentado em 120:000\$000 réis (20). O projecto foi elaborado pelo desenhador das obras públicas, Ernesto de Araújo Freire d'Andrade (21), sendo Francisco Masci o empreiteiro da construção (22). O projecto obedeceu ao mesmo estilo do edifício da fazenda (actualmente, encontra-se ali instalada a Biblioteca Nacional de Moçambique), dentro dos "moldes da escola italiana" (23). Enquanto não se concluiu a nova construção, os correios instalaram-se no antigo edifício da fazenda (24). Em Novembro, estava feito todo o assentamento de tijolo e começava-se a construção do tecto (25). Mas só em Junho do ano seguinte chegaram as telhas para a cobertura (26). A falta de verbas para pagamentos foi o motivo que originou o atraso das obras (27). Em Outubro do mesmo ano, o empreiteiro entregou a obra à direcção de Obras Públicas, ficando ainda por concluir o estuque e as obras de carpintaria (28). Em finais do mesmo mês o edifício possuía já as condições mínimas necessárias para ali se poder instalar a repartição dos correios (29), mas esta só começou a efectuar-se em finais de Dezembro (30). A 10 de Janeiro de 1907 instalou-se o telégrafo do cabo submarino da "The Eastern Telegraph Company" (31). Em 18 de Maio do mesmo ano instalaram-se a recepção de telegramas e a direcção e circunscrição telegráficas (32) e, em 29 do mesmo mês, passou para lá a estação telegráfica da cidade (33).

Desde o início verificou-se que as instalações eram acahadas para as necessidades da repartição, mas se não tinha "a grandéza dos edificios semelhantes de outras cidades mais ou menos populosas" era, pelo menos, um dos "mais alegres e bem dispostos" entre aqueles que o director dos correios conhecia (34). Todo o rés-do-chão estava "destinado ao serviço de manipulação de correspondências, exceptuando um compartimento que se reservou ao telegrapho" (35). No primeiro andar ficariam instaladas as salas destinadas aos telégrafos, logo que fossem concluídos os anexos do edifício (36). As caixas dos apartados ficaram com entrada especial e independente da sala do público (37).

A exiguidade das instalações do edifício levou a que o director dos correios pusesse em anos sucessivos a necessidade de construção de um anexo (38). Nessa dependência pensava-se instalar o depósito de material e a conferência e abertura de malas, ligado por uma "passarelle" onde pudesse entrar e sair o carro que as transportasse (39). Até 1910, parecia não ter sido ainda construído (40). Em 1930, reconhece-se a necessidade de ampliar o anexo, decide-se destruir a primitiva construção e construir um outro de 1º andar, com a superfície de 1.000 metros quadrados, onde foram instaladas as secções

de encomendas postais, telegráfica, radiotelegráfica, telefónica com máquinas e baterias, as oficinas e uma garagem (41). Em 1943, ainda devido à falta de espaço, a Caixa Económica Postal e a secção de encomendas postais instalam-se no edifício "Fonte Azul" (42). No mesmo ano, a Direcção de Obras Públicas elabora um projecto de edifício destinado à Repartição Técnica, encomendas postais, Caixa Económica, oficinas, depósito etc. (43), obra que se concretizou em anos bem mais recentes.

NOTAS

1- Ofício nº 551, de 31 de Dezembro de 1906, da Direcção das Obras Públicas para o Secretário Geral do Governo Geral (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Obras Públicas, 1906-1907, cx. 181); Estadística geral dos correios da Província de Moçambique, 1906, p. 25; Progresso de Lourenço Marques, 111 (280), 3 de Janeiro de 1907. A 11 de Outubro tinha sido inaugurada uma estação postal no cais Gorjão. A armação da estação veio feita dos Estados Unidos da América do Norte, obedecendo ao sistema adoptado naquele País. Nesta estação vendia-se todo o tipo de fórmulas de franquia e porteado, registava-se correspondência com ou sem valor declarado ou com embolso e fazia-se também o serviço de cobranças. Podiam depositar-se telegramas e existia um poste telefónico ligado à rede central da cidade (Diário de Notícias, 474, 13 de Outubro de 1906).

2- Ofício nº 197, de 16 de Maio de 1899, da Direcção das Obras Públicas para o Governador Geral (Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.136, M. 1, doc. 49).

3- Entre os edifícios públicos a serem construídos na cidade, estava em primeiro lugar a secretaria do Governo Geral, já em construção e no valor de 32:000 reis; em segundo lugar, a reconstrução do edifício para a secretaria do Governo do Distrito; e, por último, o edifício do correio (Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.136, M. 1, doc. 67). A 7 de Outubro de 1899, entrou em funcionamento a estação telegráfica ligando a vila da Ponta Vermelha à cidade de Lourenço Marques (Arquivo Histórico de Moçambique, código 11.91 - Registo de correspondência expedida pelo Governo Geral para o Ministério, 28 de Junho de 1899 a 6 de Dezembro de 1900, pág. 204).

4- Ofício nº 71, de 1 de Fevereiro de 1900, do director do Correio para o Governador do Distrito de Lourenço Marques (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do Governo do Distrito de Lourenço Marques, cx. 8.69, M. 1, doc. 23).

5-"A hygiene muito deixa a desejar, não havendo n'este edificio agua encanada e a retrete volante, achando-se installada a um canto d'uma secção, muito prejudica a saude dos empregados, mórmente não havendo ventilação possível". Ofício nº 71, de 1 de Fevereiro de 1900, do director do Correio para o Governador do Distrito de Lourenço Marques (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do Governo do Distrito de Lourenço Marques, cx. 8.69, M. 1, doc. 23).

6- Idem.

7- Em 23 de Maio de 1900, a Direcção das Obras Públicas apresentava um orça

mento de 4:600.000 réis para melhoramento do barracão (Ofício nº 246, da Direcção das Obras Públicas ao secretário do Governo Geral - Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.136, M. 2, doc. 96). Em 29 do mesmo mês, era enviada ao Governo Geral uma cópia do contrato efectuado com o empreiteiro Francisco Ignacio da Cunha para os melhoramentos a fazer no barracão (Ofício nº 264, da Direcção das Obras Públicas para a secretaria do Governo Geral - Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.136, M. 2, doc. 102), e em 11 de Setembro do mesmo ano o director do correio informava o Governo do Distrito de Lourenço Marques que estava concluída a ampliação (Ofício nº 727, de 11 de Setembro de 1900, do director do Correio ao Governador do Distrito de Lourenço Marques - Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo do Distrito de Lourenço Marques, cx. 8.69, M. 1, doc. 168). Foi ainda elaborado um orçamento suplementar para a mesma ampliação na importância de 2:690.000 réis (Ofício nº 525, de 18 de Setembro de 1900, da Direcção das Obras Públicas para a secretaria geral do Governo Geral - Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.137, M. 1, doc. 97). Em 1903 o director do correio solicitou que se procedesse ao alargamento do barracão, alegando que o novo serviço de encomendas postais criado por Decreto de 14 de Novembro de 1901 e remodelado e completado pelo Decreto de 6 de Setembro de 1902 exigia muito mais espaço que qualquer outro, "pois os volumes podem attingir 60 centímetros em cada face ou seja 216 decímetros cúbicos e o peso de 5 Kgs" (Ofício nº 816, de 9 de Junho de 1903, do director do correio para o Governador do Distrito de Lourenço Marques - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903-1907, cx. 288), tendo-se em Setembro do mesmo ano concluído duas divisões (Ofício nº 1783, de 17 de Novembro de 1903, do director do Correio para o Governador do Distrito de Lourenço Marques - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903-1907, cx. 288). As obras foram concluídas a 15 de Novembro (Ofício nº 973, de 17 de Novembro de 1903, do director das Obras Públicas para o Governador do Distrito de Lourenço Marques - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Obras Públicas, 1903, cx. 178). Esta ampliação estava orçamentada em 1:100\$000 réis (Ofício nº 815, de 18 de Setembro de 1903, do director das Obras Públicas para o secretário geral do Governo Geral - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Obras Públicas, 1903, cx. 178).

8- A comissão era composta por Carlos Roma Machado Faria e Maia, director das Obras Públicas; Arthur Paes d'Almeida, director interino do caminho de ferro; Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara, director do correio; Pedro António Monteiro de Barros, gerente do Banco Nacional Ultramarino; e Francisco Mello Breyner, negociante (Portaria 285, de 23 de Maio de 1900. Boletim Oficial nº 21, de 26 de Maio de 1900, pag. 182).

9- A concessão foi feita à empresa comercial Silva Vianna & Companhia, com sede em Lisboa, em 1897. O terreno media 2.000 metros quadrados e situava-se nas proximidades da antiga Capitania e da Praça 7 de Março, pretendendo a empresa estabelecer aí o seu escritório e armazém comercial. O arrendamento era feito por um período de 19 anos, ao preço de 1:000 réis o metro quadrado (Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.17, M. 2, doc. 116).

10- Acta da sessão relativa ao local do edificio do correio (Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo do Distrito de Lourenço Marques, cx. 127, M. 2-2, 1900, doc. único).

11- Anotação feita à margem pelo Governador Geral no ofício nº 304, de 16 de Junho de 1900, dirigido pelo director das Obras Públicas ao secretário geral do Governo Geral (Arquivo Histórico de Moçambique, Século XIX, Fundo do Governo Geral, cx. 8.136, M. 2, doc. 112).

12- Telegrama de 18 de Agosto de 1904, do Ministro do Ultramar para o Governador Geral (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1904, cx. 286). Cópia do extracto do telegrama expedido do Ministério da Marinha e Ultramar ao Governador Geral, em 29 de Agosto de 1904 (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1904, cx. 286).

13- Em 15 de Junho de 1903, em telegrama enviado pelo Ministério da Marinha e Ultramar ao Governador Geral, era autorizada a construção do referido edifício (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903, cx. 286).

14- Em 29 de Agosto de 1904 a mesma entidade autorizava a construção do edifício da Fazenda (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903, cx. 286; código 11.1286 - Correspondência do Governo Geral expedida para diversas autoridades, 1903, Set.17-1904, Out. 31, pág. 886).

15- Ofício nº 845/4227, de 1 de Agosto de 1904, do secretário geral do Governo Geral para o director das Obras Públicas (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903, cx. 286; código 11.1286 - Correspondência do Governo Geral expedida para diversas autoridades, 1903, Set. 17 - 1904, Out. 31, pág. 765 e 985). O governo português recusou posteriormente a proposta do empreiteiro Marcy para a construção do edifício (Telegrama de 11 de Outubro de 1904, do Ministério da Marinha e Ultramar para o Governador Geral - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903, cx. 286).

16- Arquivo Histórico de Moçambique; código 11.1253 - Correspondência expedida pelo Governador Geral para o Inspector da Fazenda, 1904-1905, pág. 258 e 478.

17- Arquivo Histórico de Moçambique, código 11.1287 - Correspondência expedida pelo Governador Geral para diversas autoridades, 1904-1905, pág. 887 e 893.

18- SOUSA RIBEIRO, António - Anuário de Moçambique: 1917, pág. 162.

19- O edifício da "Capitania Buildings" foi construído pela Delagoa Bay Development Corporation; estava adjacente à velha casa da capitania e à ponte dos passageiros, com a face voltada para a baía. O arquitecto foi F.J. Ing e o empreiteiro Tom Midgely, ambos de Durban. O edifício levou mais de 15 meses a ser construído e o seu valor ultrapassou as £ 30.000. O "Avenida Buildings", também conhecido por "Prédio Pott", foi construído por Gerard Pott, na esquina das Avenidas Aguiar e D. Carlos, hoje respectivamente Samora Machel e 25 de Setembro. O seu valor total foi de £ 21.000. Foram arquitectos os srs. Ing & Anderson, empreiteiro T.D. Turnbull, todos de Durban (Lourenço Marques Guardian, 3, 9 de Janeiro de 1905). Sobre este edifício pode ver-se ainda: PEREIRA DE LIMA, Alfredo - Edifícios históricos de Lou-

renço Marques. Lourenço Marques, Tipografia Académica, 1966.

20- Lourenço Marques Guardian, 3, 9 de Janeiro de 1905, e 48, de 15 de Junho de 1905. Outra fonte diz-nos que as obras começariam em Fevereiro (Ofício nº 54, de 23 de Janeiro de 1905, do director das Obras Públicas para o Governador do Distrito de Lourenço Marques - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903-1907, cx. 288). Parece ter havido algumas dúvidas sobre se a construção seria dada de finitivamente ao correio (Diário de Notícias, 54, 7 de Junho de 1905, e Progresso de Lourenço Marques, 173, 15 de Junho de 1905).

21- Sobre a autoria do projecto existe alguma discussão nas páginas dos jornais Futuro e Progresso de Lourenço Marques. O Futuro afirmava que o projecto tinha sido realizado pelo arquitecto Mário Veiga (Progresso de Lourenço Marques, 112 (281), 10 de Janeiro de 1907). Parece, no entanto, existir uma ligação entre o projecto inicial, de autoria do engenheiro Carlos Roma Machado Faria e Maia, e o segundo, de Ernesto de Araujo Freire d'Andrade, pois o director do correio afirmava, em 1910, que o edificio tinha sido "acanhadamente riscado ha uns 10 annos" (Estatística Geral dos Correios e Telégrafos da Provincia de Moçambique: 1910, pag. 39).

22- Progresso de Lourenço Marques, 99 (268), 29 de Outubro de 1906; Ofício nº 1312/5147, de 28 de Outubro de 1905, do secretário geral do Governo Geral para o Procurador da Coroa e Fazenda (Arquivo Histórico de Moçambique, Códice 11.1275 - Correspondência expedida pelo Governador Geral para as autoridades da Capital, 1905-1907, pag. 284). Francisco Masci era cidadão italiano, empreiteiro, tendo trabalhado em Lourenço Marques de 1898 a 1906, tendo dirigido diversas obras publicas e particulares (Progresso de Lourenço Marques, 99 (268), 29 de Outubro de 1906).

23- Segundo o Progresso de Lourenço Marques, não deixava de ser "apenas uma grosseira imitação de uns projectos do architecto Rozendo Carvalheira, que o sr. Mário Veiga accomodou ao projecto do edificio da fazenda" (Progresso de Lourenço Marques, 112 (281), 10 de Janeiro de 1907). No entanto, quando eram comparados os dois edificios, o correio saía favorecido (Diário de Notícias, 479, 19 de Outubro de 1906).

24- Arquivo Histórico de Moçambique, código 11.1287 - Correspondência expedida do Governador Geral para diversas autoridades, 1904-1905, pag. 273 e 306; Ofício nº 54, de 23 de Janeiro de 1905, do director das Obras Públicas para o Governador do Distrito de Lourenço Marques (Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Governo do Distrito de Lourenço Marques, 1903-1907, cx. 288). Esta casa pertencia à empresa comercial Baptista Carvalho & Irmão, Successores, Viúva e Filhos (código 11.2400 - Correspondência expedida pelo Governador Geral para o Ministério, 1905-1906, pag. 875 e 976). A mudança ter-se-ia realizado em finais de Fevereiro ou princípios de Março (Progresso de Lourenço Marques, 164, 9 de Março de 1905). Esta mudança estava orçamentada na ordem dos 560:000 réis (Ofício nº 824, de 16 de Novembro de 1904, do director das Obras Públicas para o secretário geral do Governo Geral - Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Obras Públicas, 1904, cx. 179).

25- Lourenço Marques Guardian, 93, 20 de Novembro de 1905.

26- Lourenço Marques Guardian, 152, 14 de Junho de 1906; Diário de Notícias, 391, 27 de Junho de 1906.

27- Progresso de Lourenço Marques, 47 (216), 15 de Fevereiro de 1906; Lou-

renço Marques Guardian, 152, 14 de Junho de 1906.

28- Diário de Notícias, 479, 19 de Outubro de 1906.

29- Ofício nº 1778/D, de 31 de Outubro de 1906, do director dos Correios para o secretário do Governo Geral (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Correios e Telégrafos, 1906, cx. 196). O edifício foi visitado nesta altura pelo Governador Geral (Lourenço Marques Guardian, 192, 1 de Novembro de 1906).

30- A mudança começou a efectuar-se a 20 de Dezembro de 1906 (Diário de Notícias, 532, 20 de Dezembro de 1906); a 22 do mesmo mês, o director dos correios solicitava ao Governador do Distrito de Lourenço Marques, em virtude de estar instalada a Repartição Superior dos Correios no novo edifício e em contrando-se o mesmo em grande parte aberto, se se achasse conveniente, dar ordens à Polícia para vigiar de noite o edifício (Ofício nº 2156/D, de 22 de Dezembro de 1926, do director dos Correios ao Governador do Distrito de Lourenço Marques). A decisão do Governador Geral de instalar a repartição no novo edifício, contra o exposto nas posturas municipais, que ordenavam que só três meses depois de acabada a construção poderia a mesma ser habitada, mereceu a seguinte crítica poética dum jornal reconhecidamente republicano (Diário de Notícias, 534, 22 de Dezembro de 1906):

"Quem quizer fugir à lei,
Não cumprir o qu'ella dita,
Mas sem soffrer a desdita
De p'rá cadeia ir parar,
Basta uma carta arranjar
De conselheiro d'um rei.

E depois qual prussiano
Com ar feroz e altivo,
Pode, mesmo sem motivo,
Dar a sua cacheirada,
Pôr o lombo em marmelada
D'algum pobre fabiano!

31- Ofício nº 1/15, de 10 de Janeiro de 1907, da direcção da rede telegráfica sul da Província de Moçambique para o Governador do Distrito de Lourenço Marques (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Correios e Telégrafos, 1906-1907, cx. 197).

32- Ofício nº 69/232, de 18 de Maio de 1907, da direcção da rede telegráfica sul da Província de Moçambique ao secretario geral do Governo Geral (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Correios e Telégrafos, 1906-1907, cx. 197).

33- Ofício nº 15/141, de 28 de Maio de 1907, do chefe da 1ª circunscrição telegráfica ao Governador do Distrito de Lourenço Marques (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos - Correios e Telégrafos, 1906-1907, cx. 197).

34- Estatística Geral dos Correios da Província de Moçambique: 1906, pág. 24.

35- Idem, pág. 25.

36- Idem, pág. 25 e 63.

37- Idem, pág. 25.

38- Existe um projecto para a "Construcção das dependências do edificio dos Correios e Telegraphos", de 1907, que pensamos ser o tal anexo. O projecto era composto pela memória descritiva e justificativa; dois orçamentos com a respectiva medição; um desenho em tela e outro em papel contínuo. Os desenhos foram retirados do processo (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Administração, Secção A, Diversos-Obras Públicas, 1906-1907, cx. 181).

39- Estatística Geral dos Correios da Província de Moçambique: 1907, pág. 18.

40- Afirma-se que um anexo com uma área aproximada de 450 metros quadrados tinha sido construído em 1907, destinado a diversos fins (Relatório e Estatística dos Correios, Telégrafos e Telefones: 1945, pág. 82), mas as indicações que possuímos dizem que o mesmo, pelo menos até 1910, não tinha ainda sido feito, como pode ver-se pelos relatórios anuais e estatísticas dos correios. Existiam, isso sim, alguns barracões onde se encontrava guardado diverso material.

41- Relatório e Estatística dos Correios, Telégrafos e Telefones: 1945, pág. 82.

42- Idem, pág. 82.

43- Idem, pág. 83.

AS FONTES COLONIAIS ESCRITAS NO ESTUDO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL: SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO

João Paulo Borges Coelho

Neste curto depoimento procurarei sintetizar a minha experiência de trabalho com fontes coloniais escritas, existentes no Arquivo Histórico de Moçambique. A Luta Armada de Libertação Nacional em Tete, nomeadamente no ano do seu desencadeamento - entre Março de 1968 e o início de 1969 - constituiu o tema da investigação a levar a cabo, e pretendi dar um relevo particular às questões militares desse processo.

A documentação que serviu de base para o estudo faz parte do Fundo de Tete do Arquivo Histórico. Aquele divide-se em grandes Grupos que correspondem, "grosso modo", aos documentos dos antigos Concelhos e Circunscrições, hoje Distritos. Internamente, estes Grupos estão organizados segundo as antigas normas da Administração colonial, em Secções, encontrando-se a maioria das informações respeitantes directamente à guerra na Secção denominada "Arquivo Confidencial e Secreto dos Processos", existente em muitos dos Grupos. Há ainda um Grupo especial, o "Arquivo Confidencial do Governo do Distrito", onde se encontra praticamente toda a documentação disponível do exército colonial.

Lamentavelmente, há lacunas no Fundo, cuja gravidade só um trabalho completo de organização permitirá avaliar. Nestas lacunas, assim como na organização incipiente dos Grupos, nasceram as primeiras grandes dificuldades, que foram sendo superadas, embora nem sempre totalmente, através de muito e moroso trabalho.

Tratando-se de documentação colonial, uma primeira questão se colocou de imediato: Será possível estudar a luta do Movimento de Libertação fazendo recurso a fontes, por assim dizer, "inimigas"? De facto, parece-me que julgar uma fonte apenas pelo lugar que ela ocupou em relação a um determinado processo constitui um critério simplista e "ideologizante", que demonstra como que uma subestimação do nosso municiamento teórico. Em termos gerais, poder-se-ia dizer que inimigo era o Estado colonial que produziu essa documentação. Actualmente, ela transformou-se em fonte para o estudo da nossa história.

ria, não fonte inimiga mas fonte nossa, uma vez que dela nos apropriámos e que somos nós que com ela trabalhamos.

Assim, o problema essencial colocou-se na definição da natureza dessa fonte. Aqui sim, poder-se-ia dizer que a sua primeira característica é, sem dúvida, a carga ideológica que a imbui, a visão do cenário geral do conflito que ela veicula, oposta à visão do Movimento de Libertação. De facto, trata-se de documentação produzida como meio de conhecimento e de acção do Estado colonial, em última instância para ele vencer a guerra. Esta constatação, aparentemente óbvia, não significa que os problemas deste âmbito tenham sido ultrapassados de uma só vez e à partida. Na verdade, frequentes vezes a "proximidade" quotidiana dos documentos fez adormecer o espírito crítico em relação às problemáticas por eles propostas, levando-me a aceitar, por exemplo, explicações de fenómenos que só mais tarde verificava serem mais que discutíveis. Portanto, em relação a esta primeira característica, procurei orientar-me no sentido da reproblematisação de todo o período histórico abrangido pelos documentos, num quadro teórico que os transcendia. O primeiro passo concreto foi, talvez, o estabelecimento de um esboço de periodização.

No que concerne ao manuseamento concreto dos documentos, a grande dificuldade inicial foi originada pela falta de uma ideia clara e global de como as diferentes ordens de documentos se relacionavam entre si, ou seja, uma ideia precisa dos aparelhos civis e militares que produziam esses documentos e de quais as inter-relações e as hierarquias estabelecidas entre si.

Os progressos que foram sendo feitos neste domínio permitiram a descoberta gradual de outra importante característica desta fonte: A sua falta de coesão. De facto, para lá da ideologia colonial que, como um manto, cobria a generalidade dos aparelhos do Estado colonial, é absolutamente falsa a imagem deste como um todo coeso e harmonioso nas suas partes. Tal característica ficou a dever-se principalmente à dupla subordinação da maioria dos aparelhos distritais (normalmente em relação ao Governo do Distrito, e ao seu escalão superior respectivo, provincial) e à sua estruturação vertical fortemente estabelecida, que favorecia pouco a ligação horizontal entre os diferentes aparelhos. Entre o exército e a PIDE, ou no seio do próprio exército, são inúmeras e evidentes as contradições de "leitura" dos acontecimentos, de perspectiva e até de âmbito da própria acção. Inúmeros são os exemplos que poderia apontar a este respeito: Aonde o Comando-chefe militar, em determinada ocasião, considerava o "mal-estar" das populações na Marávia como sendo originado pela acção corrosiva da Zâm-

na 15

em

re

ne

no

bia e do Malawi, países fronteiriços, uma pequena companhia militar estacionada no local atribuía esse mesmo "mal-estar" à falta de apoio do Estado à comercialização dos produtos agrícolas dos camponeses, à descrença generalizada da população em relação à capacidade do Estado para resolver os seus problemas. Ou, mais cruamente, quando uma corrente preconizava o envolvimento dos camponeses na defesa militar da ordem colonial, outra corrente via aí uma perigosa tendência subversiva que punha em perigo, por dentro, a segurança do Estado colonial. Estas contradições internas, estas fissuras por vezes bem profundas no corpo colonial, criaram bastantes dificuldades de caracterização do discurso colonial dominante sobre a guerra, mas certamente que potenciam este conjunto de documentos como fonte do estudo desta matéria.

Por outro lado, parece-me importante ressaltar o carácter sistemático de algumas séries de documentos do Fundo. O exemplo mais elucidativo diz talvez respeito aos Sitrep's Circunstanciados (Relatórios da Situação) produzidos pelo Comando Sectorial F, o organismo militar de escalão mais elevado no antigo Distrito de Tete. Trata-se de uma série de relatórios semanais de várias páginas que, sistematicamente e sob as mesmas rubricas, apresenta a colecção de factos, sua interpretação, as directivas tácticas das operações (militares ou de outra índole), contra-informação etc.. Este seriado está praticamente completo, assim como um outro, paralelo, do Governo do Distrito, e outros de escalão inferior, que normalmente forneciam material para os referidos atrás. Assim se compreende talvez melhor que para além de ser possível, em relação a um determinado fenómeno, conhecer diversos registos e interpretações, se torna também possível conhecer a evolução desse mesmo fenómeno (ou, pelo menos, aquilo que os diversos aparelhos pensavam como sua evolução). À medida que o estudo avançava, o fenómeno isolado ia-se entrosando com outros, formando relações mais vastas. Para tornar mais clara esta ideia posso referir, por exemplo, o aspecto particular do trabalho sobre as bases de guerrilha da FRELIMO. É evidente que a informação sobre a localização de uma base e os seus efectivos, reportada por uma companhia militar portuguesa ao seu comando, não constitui, por si só, uma informação segura: Pode estar-se em presença de uma simples informação indirecta, de uma suspeita. Todavia, o conjunto dos documentos relativos a essa base, desde a sua menção, por exemplo, no decorrer do interrogatório a um prisioneiro ou na sequência de um reconhecimento aéreo, passando pela confirmação por outras fontes e pelas directivas de operação militar, até ao relatório do combate pela sua eventual destruição, com diversos intervenientes

e, por vezes, capturas humanas e de equipamento, tudo isso permite-nos "caminhar" com maior segurança. Se o conjunto de informações continua a integrar-se logicamente num sentido mais vasto, a nível do conjunto de bases de uma região ou de toda a Frente militar, por exemplo, aumenta a segurança das hipóteses de trabalho. Por outro lado, é também possível considerar fenómenos dos quais as autoridades coloniais só tiveram conhecimento muito mais tarde, fazendo-os "recuar" no tempo até à altura em que de facto tiveram lugar, e integrá-los nas suas relações e no momento certo. Um exemplo concreto é o de uma base de cuja existência o exército só teve conhecimento um ano mais tarde. É possível, assim, usar essa informação no estudo do ano anterior, ou seja, usar uma informação fornecida pelas autoridades coloniais que, por sua vez, não a puderam usar.

Enfim, para além dos documentos "subjectivos", de interpretação, podemos encontrar também listas de contingentes militares, de alocação de tropas e equipamentos etc., onde a margem de erro é menor. Evidentemente, é vasta a documentação contendo falsidades arquitectadas; no quadro da guerra, as forças coloniais dedicaram grande atenção e esforço à propaganda, visando população e guerrilheiros, colonos e contingentes dos seus próprios aparelhos. Se é normal encontrar inexactidões, ou mesmo falsidades, em relação a um fenómeno isolado e devido aos motivos mais diversos, tal torna-se mais difícil em relação a todo um conjunto de informações abrangendo um período vasto, reportadas por diferentes matrizes e fazendo sentido como um todo. Teria de tratar-se não já da "pequena mentira", por exemplo, do pelotão que não quis sair para o combate e que, por isso, o inventou para os seus superiores, mas de uma "monstruosa mentira", tecnicamente perfeita e arrastando-se no decorrer de anos seguidos, resistindo a diferentes comandos e estilos de comando, e cujo objectivo não seria afinal muito claro. Claro que houve grandes erros de perspectiva, mas ver propaganda deliberada, por exemplo, em directivas vitais para uma operação militar não parece sequer razoável. Os comandos coloniais não poderiam permitir-se esse "luxo", nem teriam meios para um maquiavelismo tão perfeito. Em determinados níveis e apesar das distorções, havia circuitos em que a "verdade" era como que obrigatória.

Foram estabelecidas sumariamente algumas das possibilidades deste Fundo como fonte para o estudo da Luta de Libertação, a partir de uma experiência de trabalho concreta. Nunca será demais frisar, todavia, a importância de recorrermos quer a outras fontes escritas, quer aos testemunhos orais de protagonistas desse processo; um trabalho baseado exclusiva-

mente em fontes coloniais escritas será sempre incompleto e correrá sempre riscos de distorção. Porém, na actual fase, o conhecimento dos documentos coloniais constitui uma base que permite uma abordagem muito mais segura e produtiva das restantes fontes, no estudo desta área.

ACERVO

RECOLHIMENTO

No decurso de 1986, deram entrada nos depósitos de armazenamento do Arquivo Histórico de Moçambique documentos provenientes das seguintes instituições:

- . Secretaria de Estado do Trabalho - arquivos do ex-Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social (que incluíam documentos da antiga Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas) e da sua Delegação (que sucedeu à extinta Curadoria dos Indígenas Portugueses) na África do Sul;
- . Comando da Polícia Popular de Moçambique - arquivos da antiga Polícia de Segurança Pública;
- . Polícia de Investigação Criminal - arquivos da ex-Polícia Judiciária;
- . semanário Tempo - exemplares até 1975.

DOCUMENTAÇÃO IDENTIFICADA

O trabalho interno de identificação das séries documentais concentrou-se, durante o ano de 1986, em três fundos:

1) Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas

<u>séries</u>	<u>datas-limite</u>	<u>nº caixas</u>
Administração	1902-1961	251
Curadoria dos Negócios Indígenas	1902-1962	594
Fazenda	1911-1961	46
Fomento e Colonização	1914-1960	53
Instrução e Cultos	1922-1962	31
Julgado Instrutor - Notariado	1902-1960	14
Militar	1920-1961	18
Orçamentos e Contas	1910-1961	22
Pessoal	1909-1961	176
Registo Civil	1903-1961	9
Tombo e Carga	1903-1960	14
Tribunais Indígenas	1902-1961	122
Pagamentos Diferidos	1921-1960	20
Decalques	-----	335

2) Direcção dos Serviços de Administração Civil

<u>séries</u>	<u>datas-limite</u>	<u>nº caixas</u>
Administração	1900-1975	971
Trabalho e Acção Social / Curadoria dos Negócios Indígenas	1901-1966	79

Fazenda	1902-1972	69
Fomento	1900-1969	87
Educação e Cultos	1885-1971	21
Justiça	1890-1973	115
Tombo e Carga	1861-1974	46
Militar	1900-1973	22
Orçamentos e Contas	1895-1975	100
Pessoal	1875-1975	170
Livros de Registo	-----	93

3) Governo Geral

<u>séries</u>	<u>datas-limite</u>	<u>nº caixas</u>
Processos	1906-1975	650
Registo de Correspondência	1900-1974	816
Conselho do Governo	1907-1971	285
Relatórios	1925-1973	166
Legislação	1955-1972	52
Actas do Conselho de Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes	1931-1962	33
Diversos	-----	80

DOAÇÕES

Recebemos em 1986 doações de documentos diversos (livros, revistas, folhetos, separatas, fotografias e selos) das seguintes entidades e pessoas:

- . African Studies Programme (Department of Cultural Anthropology, University of Uppsala);
- . Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane;
- . Embaixada do Reino Unido na República Popular de Moçambique;
- . Instituto Cultural de Macau;
- . Prefeitura do Município de São Paulo, Arquivo Histórico "Washington Luís";
- . Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries (SAREC);
- . Swedish University of Agricultural Sciences, International Rural Development Centre;
- . Universidade de São Paulo;
- . Dr. Allen Isaacman;
- . Coronel Aurélio Manave;
- . Dr. Carlos Serra;
- . Dr. Eduardo Medeiros;

- . Dr. Gerhard Liesegang;
- . Dr. João Morais;
- . Dr. José Capela;
- . Dr. Kenneth Kermele;
- . Dr. Manuel de Azevedo Antunes;
- . Dr. Michel Cahen;
- . Dr. Otto Roesch;
- . Dr. Patrick Chabal.

Nota: a relação não inclui as instituições que nos enviaram publicações a título de depósito legal.

MOVIMENTO DE CONSULTAS

Pelo quadro abaixo, verifica-se o movimento de consultas em 1986. A primeira coluna de cada item significa o número de obras consultadas, e a segunda, o número de consulentes.

MESES	Biblioteca		Hemeroteca		Cartoteca		Arquivo	
	1	2	1	2	1	2	1	2
Fevereiro	61	29	31	10	-	-	23	10
Março	75	45	28	16	-	-	12	5
Abril	92	39	32	16	-	-	48	23
Maió	325	75	66	40	4	2	49	26
Junho	205	88	123	48	-	-	59	21
Julho	113	41	54	21	-	-	12	4
Agosto	163	71	47	18	-	-	39	13
Setembro	132	88	119	66	-	-	1	1
Outubro	147	82	89	38	-	-	-	-
Novembro	185	102	60	24	-	-	13	4
Dezembro	113	51	121	33	-	-	1	1
total	1612	713	771	332	5	4	258	110

NOTICIÁRIO

CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Realizou-se de Julho a Novembro de 1986 um Curso de Capacitação Profissional para Técnicos Auxiliares de Documentação, de acordo com a carreira técnica e o perfil profissional de Documentação do Arquivo Histórico de Moçambique.

Dos 67 candidatos inscritos, com uma escolaridade obrigatória de 9ª classe, foram apurados num teste de aptidão, para ingresso no curso, 31.

O curso teve uma carga de 225 horas de aulas teóricas e práticas que abrangeram as seguintes disciplinas: Técnicas de Arquivo, Biblioteconomia e Introdução à Documentação.

No final do curso foram aprovados 17 alunos, dos quais 4 foram vinculados ao quadro de pessoal do Arquivo, tendo os restantes regressado aos seus serviços.

Este é o terceiro curso de capacitação profissional promovido pelo Arquivo Histórico de Moçambique e que formou tecnicamente, na área de Documentação, não só pessoal do próprio Arquivo, como de outras instituições do País.

CARTAZES MOÇAMBICANOS

De 22 de Maio a 6 de Julho de 1986, permaneceu em Upsala (Suécia) o técnico António Sopa para realizar, juntamente com a investigadora Berit Sahlstrom, um "Catálogo de Cartazes Moçambicanos" referentes ao período pós-Independência. O projecto compreendeu a arrumação e catalogação do material, reprodução por "slide" e fotografia a preto e branco, aquisição de diverso material técnico e, finalmente, a elaboração do referido instrumento de trabalho.

Todo o trabalho foi financiado pela ASDI (Gabinete de Cooperação para o Desenvolvimento).

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

O Arquivo Histórico de Moçambique fez-se representar, durante o ano de 1986, nos seguintes congressos e eventos de carácter científico:

. I Colóquio Internacional sobre "A Formação da Nação nos Cinco", Bissau (Guiné-Bissau), 7 a 9 de Janeiro de 1986. Participação de Manuel Jorge Correia de Lemos, com apresentação do trabalho "Breves considerações sobre o papel do Arquivo Histórico de Moçambique no desenvolvimento da consciência nacional".

. VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro (Brasil), 13 a 18 de Abril de 1986. Participação de Inês Nogueira da Costa, com apresentação do trabalho "O Arquivo Histórico de Moçambique".

. Centro Cultural 25 de Abril, São Paulo (Brasil), 22 de Abril de 1986. Conferência proferida por Inês Nogueira da Costa sobre "Moçambique: Arquivo, Documento e História".

. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília (Brasil), 28 de Abril de 1986. Conferência proferida por Inês Nogueira da Costa sobre "O Arquivo Histórico de Moçambique".

. I Seminário Africano de Arquivos Audiovisuais, Maputo, 2 a 7 de Junho de 1986. Participação de Inês Nogueira da Costa.

. XXIV^e Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, Helsinki (Finlândia), 16 a 19 de Setembro de 1986. Participação de Inês Nogueira da Costa.

VISITA

A convite do Arquivo Histórico de Moçambique, esteve em Maputo entre 8 e 15 de novembro de 1986 o Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Charles Kecskeméti.

LICENCIATURA

Realizou-se no Arquivo Histórico de Moçambique, perante júri composto pelos Doutores Fernando dos Reis Ganhão (Presidente), Inês Nogueira da Costa e Collin Darch, a defesa das teses de licenciatura de João Paulo Borges Coelho e José Guilherme Negrão. Os temas de investigação foram, respectivamente, "O início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial" e "A política económica portuguesa e a luta de libertação em Tete: a circunscrição de Be ne, 1968-1974". Ambas as teses basearam-se no acervo do Arquivo.

SAREC

A Sra. Bodil Ulate-Segura, do Arquivo Nacional da Suécia, visitou Moçambique em dezembro de 1986, em missão da SAREC, para realizar trabalho sobre os projectos do Arquivo Histórico financiados por esta instituição.

Impresso na Divisão Gráfica
da Universidade Eduardo Mondlane